FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR

NSTITU	TO SOCIOAMBIENTAL
Data	
CodC	DODOOA91
	Pris. 2166/90
	The. 39
	Dahen 19

FAZENDA SÃO MARCOS, ESTADO DE RORAIMA

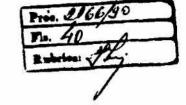
SUMÁRIO

- Apresentação
- 2. A Presença Indigena no Rio Branco
 - 3. Ocupação do Rio Branco
 - 4. A região do Rio Branco e as Fazendas Nacionais
 - 4.1. A Introdução da Atividade Pecuária no Rio Branco
 - 4.2. A Fazenda São Marcos
 - 5. Notas
 - 6. Bibliografia
 - 7. Anexos
 - 7.1. Mapas
 - 7.2. Documentos

Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 1991

- Antropologa/SEDOC -

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR



Apresentação

·" · .

A situação de contato dos povos indígenas da região de cam pos de Roraima é bastante diferenciada, segundo as posições a par tir das quais se defrontam com as frentes de colonização e expansão da sociedade nacional.

Existem, atualmente, na chamada região do lavrado de Roraima quatro grupos étnicos definidos: Macuxi e Wapixana, cujas aldeias se situam basicamente na planície, e Taurepanga e Ingarikó, na região serrana.

A planície, por oferecer pastagens naturais, tem sido historicamente ocupada pela pecuária extensiva, ocupação que comprometeu gravemente a vida das sociedades Macuxi e Wapixana, tanto pela apropriação de seu território como pela dispersão de seus mem obros, engajados enquanto mão-de-obra nas fazendas e retiros de gado. Nos últimos anos intensificou-se, também, a atividade minera dora na região, agravando a situação desses grupos.

As relações entre brancos e índios são tensas e o fulcro dessa tensão é a questão de terra. Na região de campo, tradicional território dos Macuxi e Wapixana, destaca-se a situação das terras da Fazenda São Marcos.

A Fazenda São Marcos é peça fundamental para a história das relações entre índios e brancos e Roraima. Criada em 1789 pelo militar português Manoel da Gama Lobo d'Almada, juntamente com mais outras duas fazendas do mesmo tipo, é a única que ainda existe e onde se concentra grande número de aldeias indígenas Macuxi, Uapixana e Taurepang, com uma população superior a 1.000 pessoas. Hoje, encontra-se invadida, devido a um processo de avanço sobre seu território, iniciado na segunda metade do século passado e que se intensificou com os arrendamentos concedidos pela União e pelo Estado do Amazonas.

A Fazenda São Marcos foi demarcada, em 1976, com uma área de 653.949 ha e apresenta uma série de invasões, em detrimento da integridade étnica dos povos indígenas que vivem em seus límites desde tempos imemoriais.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR

Pric. 2/66/40 Pls. 4/ Rubring:

2. A Presença Indigena no Rio Branco

A região do rio Branco constitui território maciçamente habitado por grupos indígenas diversos que, ao longo do proces so de orcupação e colonização da área, foram desaparecendo ou se refugiando em locais de difícil acesso, como consequência dos apresamentos e aldeamentos praticados na região. (Mapa 1)

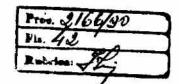
De acordo com o etnógrafo francês Henri Coudreau, em fins do século XVIII, quando da intervenção do Estado português com a instalação das fazendas nacionais nos campos do rio Branco, contavam-se mais de vinte tribos ocupando toda a bacia deste rio: Paraviana, Amaribas, Atorradi, Caripuna, Macuxi, Tucurupi, Uapixana, Acarapi, Oiacá, Arina, Quinhaus, Porocotó, Aoaqui, Guimara, Zapara, Pauxiana, Barauana, Macu etc. Além do grande números de grupos indígenas, a região caracterizava-se pela diversidade cultural e linguística. Por exemplo, grupos que viviam relativamente próximos falavam línguas inteiramente distintas e, na maioria das vezes, ininteligíveis.

Segundo o naturalista inglês Everard Im Thurn, que percorreu a região em 1878, as tribos que habitavam desde o rio Branco até as Guianas podiam ser divididas em dois grandes grupos: "tribos nativas" e "tribos estranhas" (ou intrusivas). No primeiro grupo estão incluídas as nações do tronco linguístico Aruak, onde podemos destacar os Uapixana. As "tribos estranhas" são aquelas pertencentes ao tronco Karib, onde se inserem os Macuxi e Taurepang.

Quanto ao <u>habitat</u>, os diversos grupos indígenas que viviam na região do rio Branco se distinguiam em grupos de floresta e grupos de savana. Entre o segundo estão os Macuxi e <u>Ua</u> pixana. Junto aos Uapixana viviam também os Atorais e os Amaripas. Cada um dos grupos ocupava um território distinto que, apesar de não ter seus limites geograficamente traçados, eram respeitados por todos os membros dos diversos grupos.

M

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR



Os Macuxi viviam próximo aos campos do Repununi, Parima e as montanhas do Pacaraima e Canucu. De acordo com estimativas de Schomburgk, a tribo toda deveria chegar a não menos de 3.000 elementos. Os Uapixana, vizinhos mais próximos dos Macuxi, situa vam-se no Alto Repununi e nas margens do Parima. (Schomburgk, 1840: 51) Esses dois grupos, apesar de não serem necessariamente inimigos, experimentaravam uma certa aversão entre si. (Mapa 2)

Acreditamos ser interessante transcrever as impressões de Henri Coudreau (1883-1885) quanto aos grupos indígenas do rio Bran De acordo com suas palavaras, os índios do alto rio Branco formavam sociedades rudimentares sem subordinação nem centro de autoridade.Não havia a noção de propriedade entre eles. priação individual restringia-se ao estritamente necessário, uma casa de madeira e palha, uma roça de mandioca, instrumento de ca ça e pesca. A caça e a pesca preenchiam suas necessidades. maior parte do tempo não era utilizado. Quando o pai morria, casa (que seria a 15. que ele teria construído, já que não ram mais de três anos cada uma) era abandonada, queimada e filhos construíam outra. As roupas que pertenciam ao defunto, seus adornos, seus instrumentos de caça e pesca eram enterrados com ele ou destruídos. A hereditariedade, não havendo nada a dei xar, não existia. Não havia nenhuma organização social e total a inexistência de chefes, já que não podíamos chamar de che fes aos tuxauas e pajés. Essa ausência de propriedade impedia a formação de um agregado social e de qualquer tipo de progresso. (Coudreau, 1886:397-98) Essa visão de atraso, primitivismo e de sordem prevalece ainda hoje entre alguns setores da sociedade na cional, apesar da presença da cultura indígena em quase todos os níveis da vida do Estado.

Os Macuxi tornaram-se famosos por duas especialidades: o veneno com o qual embebiam suas flechas e dardos, conhecido como curare, e as redes de algodão. Esses artigos eram considerados "produtos de escambo", muito apreciados pelos outros grupos indígenas da região. Vale ressaltar a importância do comércio

M

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR Proc. 2166/90
Fis. 43
Rubston 74

entre os grupos indígenas da bacia do rio Branco e a abrangência dessa atividade em termos de trocas culturais. Acreditamos que o comércio empreendido pelos holandeses, desde o século XVII, que subiam o Essequibo até alcançar o Tacutu para trocar ferramentas, armas e quinquilharias por escravos, que eram utilizados nas plantações coloniais da Guiana, se inseriu numa rede comercial preexistente que envolvia tribos diversas e cobria uma grande extensão geográfica. O comércio foi um fator que contribuiu para a mobilidade dos grupos próximo às fronteiras. Os Macuxi, por exemplo, de acordo com Benjamin, "emprehendem grandes viajens por terra, e todos mais ou menos têem relações com a gente civilisada, quer do rio Branco, quer da Guyana ingleza, onde vão á procura de facas, espingardas, polvora, chumbo, missangas e tecidos de algodão." (Benjamin, 1885:129)

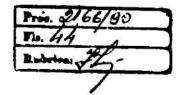
A imemorial presença indígena na região do rio Branco é, pois, incontestável (Mapa 3)

Durante o processo de arbitragem do território em litígio entre Brasil e Guiana Inglesa, a presença indígenas e a circulação dos grupos através dos limites (fronteiras políticas) foi al vo de controvérsias entre os dois países. O governo brasileiro utilizou a existência de numeroso contingente indígena como fator comprobatório de ocupação e, por conseguinte, de direitos da par te do Brasil à região contestada. Os protestos de Ernesto Matto so refletem com clareza a posição brasileira com relação às populações indígenas e à região em litígio.

"Desgraçadamente, porém, o nosso territorio jí está invadido, e quer no contestado, quer em zona positivamente nossa, residem e continuam a estabelecer se muitos e muitos subditos britannicos(...), todos no intuito de distribuir grammaticas da lingua ingleza, seduzir os indios, ensinar-lhes obediencia ás leis inglezas incutindo-lhes no espirito a idéa de que se preferirem viver como brasileiros o pago que estes lhes darão será o de fazel-os captivos, forçal-os-hão a trabalhos os mais penosos, surrando-os a todo o momento, etc. São desses artificios condemnaveis que os nossos invasores lançam mão para afastar de nós os nossos indios Macuxis e Uapixanas, que a despeito de tudo preferem e trabalham com os brasileiros, apezar de que os inglezes os



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR



têm em larga escala nas suas illegitimas vivendas pelo territorio brasileiro em litigio e não em litigio (...)" (Mattoso, 1898:29)

Essa presença fica expressa também nos trablhos que exercem como remadores e vaqueiros. Em carta escrita no Jornal do Commercio de 4 de abril de 1919, o Sr. Theophilo Leal exprime o peso que os Macuxi e Uapixana exerciam na sociedade rio-branquense.

"...São os indios das tribus Macuxy e Uapixana os unicos trabalhadores ruraes e braçaes da região. Já nas culturas, já nas campeadas, já nas lutas contra as cachoeiras, que, como disse, retardam e difficultam o desenvolvimento daquella zona, são os indios dessas tribus, repito, que trazem seu esforço e a sua coragem ao civilizado que os explora, os despreza, os maltrata, apezar de facilitarem ao civilisado alimentação, que este não produz, e offerecem—lhe valor, que tambem não possúe." (Bandeira, 1919:112)

Com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, os povos indígenas da região do rio Branco ficaram assistidos pela 1. Inspetoria Regional com sede em Manaus. (Anexo 1)

Apesar de decrescida, a população indígena ainda representa uma significativa parcela da composição demográfica do rio Branco. Os movimentos migratórios para a Guiana são constantes, tendo-se intensificado entre 1943 e 1965. Esse movimento também se verifica entre os Taurepang em direção a Venezuela. (Mapas 4 e 5)



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR

From 2166/90 Fin. 45 Rubrium: 44

3. A Ocupação do Rio Branco (1)

' A região norte da Amazônia, onde se localiza o atual Estado de Roraima, foi alvo de inúmeras expedições que tiveram início des de o século XVI, na tentativa de alcançar o El Dorado, lugar de fa bulosas riquezas. Países que haviam ficado excluídos da partilha do mundo feita pelo Papa fizeram da região amazônica e Guianas alvo de sua cobiça. Aventureiros holandeses, franceses, ingleses e irlandeses se dirigiram para essa região movidos pela abundância de produtos naturais, chamados "drogas do sertão" (cacau, salsaparrilha, cravo, canela etc.), e pela possível existência de imensos tesouros.

Diante da situação, por volta do século XVII, foram organizadas expedições portuguesas que penetraram no rio Branco, no Uraricoera, no Tacutu e no Maú, para expulsar os invasores e transformar o rio Branco em fonte de recursos para a Capitania do Rio Negro. Essa intenção se acentuou a partir da assinatura do Tratado de Haia, em 1661, que legitimou a perda da maioria das colônias portuguesas no Oriente.

Os principais motivos que ensejaram a ocução do rio Branco foram a importância da região para o mercado interno colonial como zona de suprimento de escravos índios e sua posição estratégica de defesa da Amazônia de possíveis aventuras expansionistas dos vizinhos espanhóis e holandeses. Essa ocupação da Amazônia teve, pois, início a partir de começo de século XVII. O primeiro marco importante da presença de Portugal na região foi a expedição do Capitão Pedro Teixeira, em 1639, que foi o primeiro a subir o rio Negro. Essa expedição, como tantas outras que se seguiram, revestiu-se de três aspectos principais: a defesa e posse do território, interesse econômico e catequese dos índios.

"A política que empregavam os portugueses no descobrimento das vastas regiões d'esta parte da America, foi conhecer as nações e propôr-lhe logo a sujeição portugueza e a religião catholica. Para este fim formaram aldêas, que entregavam aos missionarios quando estes não foram os autores das mesmas. Succedia por isso muitas vezes que nações de um rio se viessem establecer a outro. Com este motivo; pois entraram os portuguezes a navegar mais adeantadamente

Rua das Palmeiras, 55 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22270 Tels.: 286-0845 - 286-8799 - 286-8899 - 286-0399 - 286-7745 M

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR Pris. 2/66/90 Fis. 46 Rabrican Hay

o Rio Branco, conduzindo do mesmo indios para nossas povoações do Rio Negro(...) Reducção de inidos á sujeição portugueza, commercio de indios escravos, colheita de drogas e pescarias, fez necessaria e conveniente a seguida desciberta do Rio Branco(...)" (Sampaio, 1850: 206-7)

Ao atingir meados do século XVIII, os portugueses já haviam reconhecido a área ao longo do rio Branco e seus afluentes na zona de campos naturais.

"A zona occupada por estes campos é a mais interessante em todo o valle do rio Branco, porque n'ella habitam não só a população civilisada d'aquelle rio, como numerosas tribus das nações de indios que mais em contacto se acham com ella: os macuchis, arecunas e oapichanas, que hoje constituem a quasi totalidade da população indiana d'essa região." (Benjamin, 1885:125) (Mapa 6)

A integração do rio Branco à economia colonial se dava através do extrativismo das chamadas "drogas do sertão". Para es se tipo de atividade de exploração de produtos naturais, predomi nante no Maranhão e na Amazônia, era utilizada a mão-de-obra indígena, capturada através das práticas de aprisionamento vigentes na época, em que participavam a Coroa portuguesa, colonos e a Igreja. Os recursos para a obtenção de mão-de-obra escrava indígena eram diversos. As entradas constituiam-se em expedições or ganizadas pelos proprietários de terras quase sempre com o apoio das autoridades coloniais. Expedições comerciais-militares finan ciadas pelos "droguistas", conhecidas como tropas de resgate, vi savam a captura de índios para os aldeamentos e consistiam troca de índios feitos prisioneiros através de guerras intertribais por mercadorias diversas (facas, machados, contas etc.) entre portugueses e grupos indígenas com os quais os primeiros man tinham relações de troca. A escravização também era praticada com os "índios de corso" contra os quais eram realizadas guerras justas que se traduziam em verdadeiros assaltos às aldeias de grupos indígenas "belicosos e sem fé". Os que restavam, ou seja, aqueles que não haviam morrido ou não tinham conseguido fugir, eram capturados e aprisionados pelos portugueses nos aldeamentos, onde eram reunidos indistintamente e de onde saíam alugados para os

Rua das Palmeiras, 55 - Botalogo - Rio de Janeiro-RJ - CEP 22270 Tels.: 286-0845 - 286-8799 - 286-8899 - 286-0399 - 286-7745 M

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR Pris. 2/66/90 Fla. 49 / Rubriss. //

colonos, para a Coroa e para os missionários.

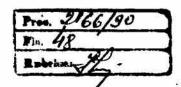
A utilização do trabalho indígena fazia-se imprescindível na medida em que, dificilmente, o explorador podia valerse do escravo negro que não tinha o conhecimento da região necessário para esse tipo de atividade. Além disso, havia o aspecto econômico que tornava o índio a única mão-de-obra viável na região. As drogas não eram consideradas "produtos nobres", sob a ótica do mercantilismo colonial, como o açúcar produzido no litoral nordestino, alcançando, portanto, baixos preços. "droguista", por conseguinte; não dispunha de capital suficien te para a compra de escravos que consistiam em mercadoria alta mente valorizada, principalmente com a expansão do extrativismo mineral na região de Minas Gerais que intensificou o fluxo de escravos para essa área, em prejuízo de outras zonas produ-. toras, como a do açucar. Assim, a importação de escravos gros implicava uma vultosa inversão de capital, dado os preços que estes alcançavam no mercado interno e a distância dos centros fornecedores, e um retorno irregular devido à natureza dos artigos produzidos.

Convém acentuar que a questão do trabalho indígena sem pre foi um ponto de fundamental importância em termos de Amazônia. Constatamos esse peso na política empreendida por Portugal que fixava a população indígena é região, transformando os aldeamentos em depósitos de mão-de-obra para atender à população local de colonos, à Coroa e à Igreja. Os primeiros aldeamentos indígenas constituídos na região do rio Branco datam de 1775, por iniciativa de missionários carmelitas do rio Negro.

De conformidade com a política pombalina para a Amazônia pela construção do Forte São Joaquim em 1755,os aldeamentos foram se tornando mais populosos. Em 1777, segundo o ouvidor da Capitania de São José do Rio Negro, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, havia cinco povoações no rio Branco e nos seus principais tributários: São Felipe na margem direita do rio Tacutu, N.S. Conceição no Uraricoera, Santa Barbara e Santa Izabel no rio Branco, e N.S. do Carmo na margem esquerda do rio Branco. (Mapa 7)



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR



Essa ocupação do rio Branco, com base na fundação de aldeamentos de indios e construção de uma fortaleza (São Joaquim) tem como ponto central o caráter estratégico-militar. Apesar do interesse econômico que a região pudesse oferecer, eram questões de domínio de território que moviam as autoridades metropolitanas a configurar uma barreira humana contra invasões na Amazônia. (Anexo 2) Assim, os aldeamentos (povoações) indígenas, articulados ao Forte São Joaquim, representavam todo o povoamento no Branco durante o período colonial.

Não pretendemos, contudo, dizer que os portugueses não visavam a exploração econômica da área. Com efeito, os planos para a colonização do Branco previam a introdução da pecuária nos extensos campos da região, além de colonos europeus.

Dessa forma, o domínio e ocupação da região do rio Branco iam ocorrendo a partir de expedições de captura de índios e de reconhecimento. Em 19 de janeiro de 1781 partiu de Barcelos uma expedição formada pelo Capitão Engenheiro Ricardo Franco de Almeida e pelo matemático Antonio Pires da Silva Pontes com o objetivo principal de reconhecimento dos limites naturais entre o território português e os domínios espanhóis e holandeses. (2) Em 1786 se deu a viagem de exploração do naturalista português Alexandre Rodrigues Ferreira pelas serras e rios da região do Branco (3). Em 1787, chefiando a Comissão Portuguesa de Delimitação de Fronteiras, o Coronel Manuel da Gama Lobo d'Almada subiu o Uraricoera até a confluência com o Uraricaparã.

Durante o século XIX continuaram se efetuando no rio Branco expedições científicas e exploradoras como de Charles Waterton (1812), Gullifer e Smith (1828), Adam de Bauve (1834), dos irmãos Schomburgk (1835 e 1838-39), Everard im Thurn (1878), Henri Coudreau (1883-85) e outros, deixando valiosos registros sobre a região e os povos indígenas. (Mapa 8)

Foi também durante esse período que teve início o litígio entre Inglaterra e Brasil com relação a uma área a leste do rio Tacutu. O grande número de índios naturais dessa região propicia va um acirramento de posições de ambas as partes. O interesse

#

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR Proc. 2166/90 Flo. 49 Rubrican Flag

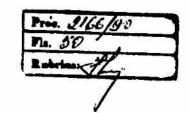
dos ingleses em território brasileiro, além do aspecto da riqueza do solo, levava em conta, ainda, a quantidade de mão-de-obra indígena. O desfecho da questão se deu nos primeiros anos deste século, quando foi concedida à Guiana Inglesa uma saída fluvial para o Amazonas, dividindo a área litigiosa do Pirara entre os dois contendores.

Já neste século, entre 1911-12, o cientista alemão Koch-Grünberg subiu o rio Branco e penetrou no Uraricoera. Pouco de pois, em 1913, William Farabee subiu o rio Branco até Boa Vista de onde fez várias excursões ao rio Uraricoera. Durante dois a nos (1924-25) Alexander Hamilton Rice chefiou uma expedição científica pelo Uraricoera. Outras expedições se sucederam, ressaltando-se a Comissão Mista Demarcadora de Limites, na década de 30, chefiada pelo Capitão de Mar e Guerra Brás de Aguiar.

Assim, a ocupação e povoamento da região do rio Branco ocorreram, primeiramente, nas áreas de campos gerais, densamente habitadas por grupos indígenas diversos que constituíam a base da mão-de-obra disponível, e onde foram criadas as primeiras unidades produtivas com base na pecuária extensiva.

M

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR



4. A Região do Rio Branco e as Fazendas Nacionais

4.1. A Introdução da Atividade Pecuária no Rio Branco

As fazendas nacionais, instaladas no rio Branco pelo gove<u>r</u> no português, se destinavam, a grosso modo, a abastecer de carne as povoações da Capitania de São José do Rio Negro.

Na Amazônia, a criação de gado data do século XVII, tendo sido, principalmente desenvolvida na Ilha de Marajó e outras localidades das Províncias do Maranhão e Pará por missionários religiosos. Era comum estabelecerem-se pequenos currais próximos às aldeias de índios a cargo das ordens religiosas "não só para ocupação da gente, mas para sustento dela mesmo." (Leite,1943, v.5:176)

A atividade pecuária no rio Branco teve início em fins do século XVIII, por iniciativa do então Cel. Manuel da Gama Lobo d'Almada que, em 1786, por ordem do Governador Geral do Grão-Pará, João Pereira Caldas, foi enviado ao rio Branco, juntamente com o Sargento-mor Euzebio Antonio Ribeiro e o matemático José Simões de Carvalho, com a missão de reconhecimento e demarcação dos limites resultantes do Tratado de Santo Ildefonso. Todavia, a introdução dessa atividade na região do rio Branco guarda certos aspectos particulares de caráter não só econômico, mas também político-estratégico, mencionado anteriormente.

Em seu diário de viagem, Ribeiro Sampaio salientava as propriedades dos campos do rio Branco e a necessidade de povoálos.

"Os portugueses tem navegado o rio Branco, e todos os seus rios colateraes, descubrindo, e occupando as ter ras, que os mesmos banhão, que são extensissimos cam pos com pastos tão proprios para a criação de gado vacum, que podem contribuir para os mais bem fundados estabelecimentos, e avultados interesses, como ainda se espera de merecida attenção, que este objecto alcançará dos nossos superiores." (Sampaio, 1825:99)

A introdução da pecuária no rio Branco visava o aproveitamento econômico da região de forma sistemática, uma vez que o extrativismo constituia-se em atividade pouco regular, revelando um

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR Proc. 2166/90 Fis. 57 Rabeton Ff.

"estado de triste primitivismo". Ademais, a exploração de uma atividade econômica que exigisse cuidados mais intensivos inse ria-se nos objetivos da metrópole em fixar o homem aquela região, consolidando o domínio português e constituindo uma barreira à penetração de nações estrangeiras no rio Negro.

"A primeira utilidade pois que resulta a Portugal da dominação do Rio Branco é formar uma barreira para oppor aos hollandezes e hespanhões, e cobrir com ella as nossas provincias interiores: é acau telar os damnos que a visinhança d'estes nos podem resultar, sendo senhores do Rio Branco, porque nos põem em risco de perder o commercio das nossas conquistas." (Sampaio, 1850:267)

Entre as vantagens apontadas pelo ouvidor destacam-se:

"A primeira consiste na dilatação do commercio interno e externo, de que os gados são materia. Car nes salgadas e sêccas, couros, sebos, tudo isto é de consumo certo, não sómente no interior das provincias da America, mas objecto de exportação para o reino.(...) A segunda utilidade, resultante de propagação de gados é soccorrer com subsistencia à capitania do Rio Negro(...)" (Sampaio, 1850: 270-71)

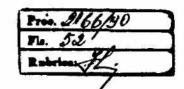
Na opinião de Lobo d'Almada, a criação de gado em moldes extensivos poderia tornar a região do rio Branco auto-suficiente em carne, como também abastecer a bacia do rio Amazonas.

"A introdução do gado vaccum nos ferteis campos do rio Branco deve produzir um artigo do commercio ao interior da capitania, que lhe traria muitas vanta gens:a primiera: A de ter açougue a capital, e evitar-se o estrago que se faz nas tartarugas(...): segunda: As carnes seccas com que se poderiam fornecer as differentes povoações da capitania em que ha trabalhos publicos(...): terceira: A sola que fabricada na capitania sahiria a melhor preço aos seus habitantes(...): quarta: Cresceriam as rendas reaes com os dizimos do gado(...)" (Almada, 1861: 663)

Contudo, de acordo com informações disponíveis, esses objetivos não foram de pronto alcançados. Mesmo cerca de um século após a implantação dessas fazendas, o Presidente da Província do Amazonas, Manoel Gomes Correa de Miranda, lamentava as agru-



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR



ras para o transporte da carne e a dificuldade de os animais chegarem aos centros consumidores (Falla Pres.Prov.Amazonas, 05/09/1852:19).

Tendo em vista os objetivos apontados, constitutivos de uma política de colonização maior gestada durante o período pombalino, o experiente militar português Lobo d'Almada introduziu, em 1787, as primeiras cabeças de gado no rio Branco, mandadas buscar em Moura e Carvoeiro, Província do Amazonas. Foram, então, instaladas as fazendas São Bento, São Marcos e São José, às margens dos principais tributários do rio Branco: Tacutu e Uraricoera. (Mapa 9)

A intenção de tornar as fazendas nacionais núcleos capazes de dar condições para o "progresso da Provincia" implicava trazer homens com "vocação capitalista".

"E para a Colonia do Rio Branco devem vir de preferen cia os naturaes do Rio Grande do Sul e de Minas geraes, com as qualidades precisas para melhorarem as raças, até dos gados, de sorte que os indigenas com elles adestrados tirem os proveitos dessas vastas campinas e altas serranias em o clima tão saudavel, em que lá podem viver e formar povoações. Se tão reconhecida he a necessidade e conveniencia, e a benig na disposição com que o Governo de Sua Magestade Imperador quer, que cresça e se instrua e applique, 1. bem como nos paizes cultos, a população desta Provin cia, o melhor meio e talvez o único de a fazer che gar á diata de crescer tão util sera o do exemplo e o da união de colonnos, dados aos serviços ruraes e ás artes mechanicas, á esta gente tão singela do Ama zonas, pois que d'ahi he que hão de provir descenden tes e proveitos de muita estimação." (Rel.Pres.Prov. Amazonas, 30/04/1852: 75)

Todavia, o processo de ocupação da bacia do rio Branco, planejado pelo governo português a partir do estabelecimento de fazendas de gado na região, não alcançou, de imediato, os resultados pretendidos. A ocupação se fez de maneira muito lenta, sendo a participação de contigente branco na área rio-branquense numericamente pouco significativa até princípios deste século. O elemento indígena era não só predominante, mas fundamental para a manutenção da região, apesar do agravamento da situação a: que



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR Pris. 3166/90
Fis. 53
Rabrison-H.

foram submetidos com a introdução da pecuário extensiva, o que implicou perda de território, de meios de subsistência e de au tonomia.

"Os índios do Rio Branco habitam os sopés das serras, onde fazem as suas plantações. Mesmo ahia são importunados pelos gados que vaguem por aquelles immensos campos, quasi que perdidos dos seus proprietários. São, pois, muito frequentes os estragos que esses animaes produzem nas roças dos indios, que tudo suppor tam com admiravel paciencia (...)

Mas mesmo assim, com todas essas difficuldades e emba raços de toda a sorte, é irrecusavelmente o indios o unico que cultiva a terra no Rio Branco. E tanto isto é verdade que, se elle dalli desapparecesse de momento e comsigo o gado, todos os habitantes daquella região morreriam de fome." (SPI,1921:33)

' Anos mais tarde observamos que a situação e forma de inva: são do território indígena pouco mudaram, como podemos observar a partir de depoimento de um Wapixana da maloca Barata:

"como havemos de sustentar amanhã os nossos filhos que vêm aumentando dia a dia ? Não se pode plantar uma fruteira em paz."

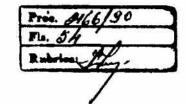
A técnica de invasão, em geral, é a mesma:

"Chega branco e fala com o tuxaua; - Parente, eu sou amigo, quero ajudar-vos, aqui não tem nada, deixa que eu faça a minha casa aqui. Vocês são donos da terra, mas eu não impato, quero só o capim para o meu gado, não quero as terras. Eu dou para vocês carne, leite, sal e o que vocês precisarem. O tuxaua aceita. Passa um pouco de tempo e o branco diz de novo: - Olha tuxaua, a carne é cada vez mais cara, posso dar-te só o bucho para fazer a tua panelada. Depois; - Minha esposa diz que precisa de bucho para fazer sabão, e não dá mais nem o bucho. Aí inicia a cercar as terras e não deixa a gente nem pescar nem caçar."

Em se tratando de rio Branco, o boi representa, assim, um importante motor dos movimentos e transformações na região. Da mesma forma que a cidade Rio Branco, capital do Estado do Acre, foi um antigo seringal, as duas principais cidades de Roraima - Boa Vista e Caracaraí - tiveram origem de antigas unidades pecuárias.



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR



4.2. A Fazenda São Marcos

As fazendas nacionais foram instaladas nos campos gerais, área próxima ao antigo Forte São Joaquim, onde se encontravam "quantiosas Cabildas de broncos Sylvicolas". No Ensaio Corográfico sobre a Provincia do Pará, Monteiro Baena apresenta a localização das três fazendas nacionais, mencionando, equivocadamente, a Fazenda São José com o nome de São Joaquim.

"Ante o mesmo Lugar na ponta de terra manente entre o rio Tacutu e o rio Urariquera está uma Fazenda Nacio nal de gado vacum e cavallar denominada São Bento:na margem esquerda do Tacutú junto ao Lugar ha outra Fazenda de criação chamada São Joaquim: e na margem direita do Tacutú pouco acima do mesmo Lugar a terceira Fazenda de criação intitulada São Marcos." (Monteiro Baena, 1839:434)

Contudo, menos de um século após sua instalação, a Fazenda São José já havia desaparecido em consequência das invasões e
apropriações ocorridas na região, em parte decorrentes da chegada dos primeiros fazendeiros. O mapa elaborado por Henri Coudreau,
em 1885, já não mais aponta a Fazenda São José nos campos gerais
do alto rio Branco. (Mapa 10)

"Em fente dessa Agua Boa desagua o Igarape do Surrão, que servia de limite meridional da antiga Fazenda Nacional de S. José, que era também delimitada a noropeste, norte e léste pelos rios Branco e Tacutú, e tinha por séde o povoado de junto do Forte de São Joaquim, que foi transferido para a Villa de Boa Vista. Esta fazenda foi extincta em 1841 e annexada á de São Marcos, e está ha muito entregue, como a de São Bento, a posseiros que em suas terras mantem boas instancias de criação de gado(...)" (Ourique, 1906:13)

Das três primeiras fazendas que, como mencionamos, constituiram o marco inicial da atividade pastoril extensiva e o consequente ponto de partida para a fixação de brancos na área, apenas a Fazenda São Marcos, com su área bastante diminuída da original, existe até hoje, abrigando grande número de malocas Macuxi, Uapixana e Taurepang. (Mapas 11, 12, 13) As fazendas São Bento e São José foram sendo invadidas ao longo do processo de colonização dos campos naturais, acabando os seus territórios por ficar nas maõs

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR

Pric. 2166/90 Fis. 55 Rubrium: 72

de comerciantes e fazendeiros da região que, de posse de títulos falsos, se autodenominavam proprietários. Outros se declaravam proprietários pelo "usucapião". É com referência a essas duas fazendas nacionais que escreve Theophilo Leal:

"Areas consideraveis de terras da fazenda S. Bento es tão em mãos de firmas commerciaes da praça de Manãos e não menores da fazenda S. José, na de proprietários de seringaes que demoram no Rio Madeira, os quaes atividade alguma de utilidade geral lã podem exercer." (Bandeira, 1919:107)

Convém, contudo, lembrar que bens públicos da União, como as fazendas nacionais, e em especial a Fazenda São Marcos, não podem ser adquiridos por usucapião. De acordo com o jurista Clovis Bevilacqua:

"Os bens publicos, em face do que prescreve o art.67, são isentos de usucapião, porque não podem sahir do patrimonio da pessoa juridica de direito publico si não pela fórma que a lei prescreve, e o usucapião pressupõe um bem capaz de ser livremente alienado." (Bevilacqua apud Magalhães, 1925:47)

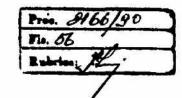
Ainda citando Clovis Bevilacqua, Basilio Magalhães prossegue:

"(...) tanto são nullos os titulos de posse expedidos pelo Governo paranaense em favor dos occupantes de terras da Povoação Indigena de S. Jeronumo, quanto os actos de dominio praticados pelo Estado do Amazo nas em relação aos territorios que formam as fazendas nacionaes do Rio Branco (...)" (Bevilacqua apud Magalhães, 1925:47)

O processo de invasão dessas áreas mereceu a atenção de funcionários do SPI. Em relatório anual de 10/04/1914, o inspetor do Amazonas e Território do Acre, Bento Pereira de Lemos, dava enfase à necessidade "palpitante e inadiável" de demarcar essas fazendas, tentando-se, dessa forma, preservar o território e os grupos indígenas.

M

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR



"O Governo da União está ameaçado de ficar, dentro de pouco tempo, sem terra alguma em suas fazendas, principalmente de São Bento e São José, para as suas necessidades futuras. Ambas estão cheias de moradores novos, alem dos que alli ja existem anteriormente á Republica, ditos posseiros em boa fé, que já propalam que so dellas se retirarão, se o Governo indenizar as benfeitorias que allegam haver feito. Jamais houve a menor providencia sobre a invasão dessas terras, das quaes o maior prejudicado no esbulho é o indio, que já não sabe onde ir para se localisar." (SPI, 16/01/1914:14)

Esse mesmo inspetor, em quase todos os seus relatórios, cha ma a atenção para a tuação do Estado do Amazonas no processo de in vasão das terras da União. Em relatório referente ao ano de 1920, apresentado à diretoria do SPI, Bento de Lemos volta a denunciar as especulações que estavam sendo feitas, com a conivência do governo estadual, com as terras das fazendas nacionais. (Anexo 3)

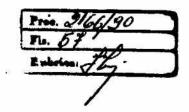
Em 30/12/1909, pela Lei nº2.221, a administração das fazendas nacionais passou para o Ministério da Agricultura, sendo renovada pela Lei nº2.356 de 31/12/1910. Poucos anos mais tarde, o SPI ficou encarregado da administração das fazendas, como "próprios da União". Quando da chegada dos funcionários do órgão indigenista na região, em 1912, a presença indígena era significativa e as relações como os fazendeiros particulares tensas. (Anexo 4)

O naturalista alemão Koch-Grünberg, durante sua viagem à área do rio Branco, esteve na Fazenda São Marcos, administrada na época por José Ricardo Franco das Neves. Koch-Grünberg descreve São Marcos como uma espécie de centro de reunião para os índios da região com 8.000 km².

"(...)Por el Sur linda con el Uraricoera y el Tacutú, por el Este con el río Cotingo, por el Norte con el río Surumú y al Oeste con el río Parimé. En estos gigantescos dominios estatales se han asentado en los últimos decenios numerosos ganaderos particulares que tomaron posesión de la tierra sin tener derecho a ello y que marcaron con sus propias marcas el ganado selvaje que encontraron. De este modo, según las indicaciones del administrador, se hallan en el dominio de São Marcos de 18.000 a 20.000 cabezas de ganado, pero de éstas pertenecen notoriamente sólo unas 5.000 al Estado. Las demás están señaladas con la marca del difunto latifundista y capitalista Sebastião José Di-



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR



niz de Pará, cuyos herederos están envueltos desde hace años en un proceso con el Estado(...) Los "vaquei ros" son en su mayoría indios puros de las cercanas tribus Makuschí, Wapischana y otras, y sorprende la rapidez con la que esta gente aprende a manejar caballos y lazos, cuando llega del interior." (Koch-Grünberg, 1979:35)

A importância do trabalho dos índios nos serviços da Fazen da são também confirmados por artigo do diretor do SPI, Luiz Bueno Horta Barbosa, publicado no Jornal de Noticia em 04/04/1919.

"Nessa fazenda de S.Marcos, assente em terras da União e onde existem, só de gado bovino, 6.380 cabeças, segundo o ultimo senso, os índios mansos Macuchys, Jaricunas e Uapichanas, que fornecem a quasi, senão a totalidade dos vaqueiros, trabalhodres ruraes e canoeiros da região do Rio Branco, encontram, em grande somma, terras, assis tencia e trabalho conscienciosamente remunerado(...)" (Bandeira, 1919:118)

A concepção dos índios como "massa de trabalhadores" era uma constante entre os administradores da Fazenda, sendo oproduto das roças dos índios consumido também pelos funcionários do SPI.

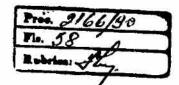
"Para uma prompta experiencia, não é ocioso lembrar a Fazenda Nacional S.MARCOS, onde continuamente afflue grande numero de indios, sequiosos por cultivarem as terras adjacentes áquella Fazenda. E, tanto mais facil é de chegar-se é evidencia do que venho de lem - brar, quanto é certo que na Secção de materiaes existente em Bôa-Vista, se encontram ennumeros instrumentos agrarios, aptos para em pouco tempo mostrarem a utilidade de sua applicação.

Accresce ainda que, a localisação de indios em S.MAR COS, para a lavoura, encontra promoto auxilio quanto o abastecimento indispensavel aos mesmos, attenta a facilidade de alimentação que ali existe. Assim, em pouco tempo, quando o producto da lavoura dos indios não abasteça o pessoal empregado na fasenda, ao menos auxiliará em grande parte as despesas de compra de farinha, milho, feijão e arroz." (SPI, 19/11/1914)

Os grupos indígenas na Fazenda São Marcos e seus arredores determinaram também a implantação, por parte do SPI, de uma escola para alfabetizar indios, oficiais e cursos de seleiros, ferreiro, carpinteiro e marceneiro, os quais são frequentados



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR



pelos filhos dos índios, que constituem a massa de trabalhadores e campeiros de gado de toda a região do Alto Rio Branco. A destinação das peças de artesanato elaboradas pelos índios pode ser verificada pelos documentos em anexo. (Anexos 5 e 6)

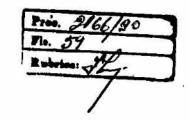
Assim, como mencionamos anteriormente, a Fazenda São Marcos foi o único estabelecimento que resistiu ao processo de ocu pação indiscriminada dos campos naturais do rio Branco. Todavia, bantante reduzido de sua área original, esse próprio da União é alvo de longas e acirradas contendas judiciais quanto à sua regu larização e demarcação como território indígena. Uma das maiores invasões que se verifica em São Marcos é a Fazenda Flechal, resul tante de contrato de arredamento concedido a Antonio José Gomes Pereira Bastos, em 1888. Mais tarde, muitos arrendatários Sebastião Diziniz e a firma Araujo Ltda. (4) diziam-se proprietários, com títulos expedidos pelo governo do Estado do Amazonas (5). Essa disputa está muito bem documentada em Memorial sobre a Questão da Fazenda Nacional São Marcos dirigido ao Ministro Procurador Geral da Republica pela Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios no Estado do Amazonas e Território do Acre, publicado em 1926. Seguem também anexados aos presente relatório outros docu mentos sobre a questão Flechal. (Anexos 7, 8, 9, 10, 11, 12)

Atualmente, a Fazenda São Marcos está recortada por, pelo menos, três grande letifundios, além de um número expressivo de pequenos posseiros que se estabeleceram ao longo da estrada Brasil-Venezuela, que atravessa a área. Sua extremidade oeste, limite com a Venezuela, é interditada por configurar área de segurança nacional. (CEDI, s.d.)

£ importante frisar ainda que não só a atividade pecuária atinge e ameaça a integridade territorial da Fazenda São Marcos e étnica dos grupos indígenas que a habitam. Desde fins da déca da de 30, a mineração se faz presente na região e vem se intensificando ao longo dos anos. (Anexo 13)



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR



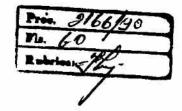
5. Notas

- (1) No presente relatório apresentamos uma síntese do processo de ocupação da região do rio Branco. Um quadro mais detalhado desse processo pode ser verificado através do Anexo 14.
- (2) O documento oficial assinado por Almeida Serra e Silva Pontes, descrevendo a viagem, encontra-se publicado em Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 6:84-90, 1844.
- (3) Na descrição da viagem publicada em Fronteiras do Brazil e Guyana Inglesa, 2ª Memória, Rodrigues Ferreia relata as relações comerciais entre índios e holandeses e chama a atenção para o perigo que a Coroa portuguesa corria com relação aos seus domínios.
- (4) A firma Araujo Ltda. constituiu-se, sem dúvida, num importante usurpador de terras indígenas. Ao mesmo tempo que esses comerciantes ocupavam terras da Fazenda São Marcos, também instalavam seus rebanhos em outras áreas (terras indígenas igualmente). Se no primeiro caso havia o poder público da União para levar a questão aos tribunais, nas outras áreas o abuso ficou impune.
- (5) A Constituição de 1891, em seu art. 64, colocava as terras públicas sob administração dos Estados. Apesar de não mencionar claramente, incluiam-se entre as terras públicas os territórios indígenas, que ficavam ao sabor de interesses locais.

Em 1917 foi aprovada a Lei nº941 do governo do Estado do Amazonas, que autorizava o governador a "conceder como posses ime
moráveis havidos por ocupação primária, todas as terras possuídas actualmente por índios selvagens ou semi-civilizados para seu
domínio e aproveitamento". Contudo, essa mesma lei, no art.7º,
afirma "desta concessão ficam excluídas todas as terras já concedidas pelo Estado, como as que estejam ocupadas e cultivadas por
qualquer pessoa e nas mesmas tenham residência habitual e culturas
affectivas."

H

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR



6. Bibliografia

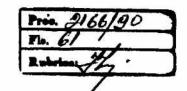
6.1. Publicações

- AGUIAR, Braz Dias de. Trabalhos da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites 1. Divisão nas Fronteiras da Venezuela e Guianas Britânica e Neerlandesa de 1930 a 1940. Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Rio de Janeiro, 1940. v.2, p.202-375. *
- ALMADA, Manoel da Gama Lobo de. Descripção relativa ao Rio Branco e seu território. Rev.Inst.Hist.Geog.Bras., 24:617-683, 1861.*
- AMAZONAS, Lourenço da Silva Araujo e. <u>Diccionario Topographico</u>,

 <u>Historico</u>, <u>Descriptivo da Comarca do Alto Amazonas</u>. Recife,

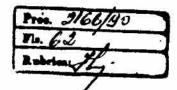
 Typ. Commercial de Meira Henriques, 1852. **
- BANDEIRA, Alipio. Antiguidade e Atualidade Indígena. Rio de Janei ro, 1919. *
- BARATA, Francisco José Rodrigues. Diario da viagem que fez á colo nia hollandeza de Surinam o porta-bandeira da setima companhia do regimento da cidade do Pará. Rev.Inst.Hist.Geog.Bras.,RJ, 8:1-53,157-204.
- BENJAMIN, Feliciano Antonio. Noticia sobre o Rio Branco e os Índios que o habitam. Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa,1: 121-131, 1885.*
- BRETT, W.H. Indian Missions in Guiana. London, 1851.**
- BUTT, Audrey J. The Guianas. <u>Bulletin of the International Committee</u>
 on Urgent Anthropological and Etnological Research, Viena(7):
 69-90, 1955. *
- CEDI. Povos indígenas do Brasil 85/86. São Paulo, s.d. (Aconteceu Especial, 17)*
- COUDREAU, Henri. La France Equinoxiale. Paris, 1886/7. 3v. *
- CREVAUX, J.N. Voyages dans l'Amérique du Sud. Paris, 1883. **

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR



- DINIZ, Edson Soares. Os Indios Makuxi de Roraima. Marilia, Fac. Filosofia, Ciências e Letras. 1972. Tese de Doutoramento. *
- EGGERATH, D. Pedro. O Valle e os Indios do Rio Branco. Rio de Janeiro, Typ. Universal, 1924.*
- FARABEE, William. Amazon Expedition. <u>Museum Journal</u>, Philadelphia, <u>6</u>, 1915; 7, 1916; 9, 1918. **
- FARAGE, Nadia. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Campinas, Unicamp, 1986. Tese de Mestrado. *
- GILLIN, John. Tribes of the Guianas. Handbook of South American Indians. Washington, 1948. v.3, p.799-860. *
- GONDÍM, Joaquim. Etnografia Indígena. Ceará, Ed. Fortaleza, 1938. v.l. *
 - GUERRA, Antonio Teixeira. Estudo Geográfico do Território do Rio Branco. Rio de Janeiro, IBGE, 1957. *
- KOCH-GRÜNBERG, Theodor. <u>Del Roraima al Orinoco</u>. Caracas, Editiones del Banco Central de Venezuela, 1979-82. 3v. *
- "Historia dos Povos Indígenas de Roraima: Makuxi, Ingaricó, Taurepang e Wapixana". Boletim Arquivo Indigenista da Diocese de Roraima, Boa Vista, 10, mar.1985. *
- LEITE, Serafim. <u>História da Companhia de Jesus</u>. São Paulo, Ed. Nacional, 1943. *
- MAGALHÃES, Basilio. Em defesa do Indio e das Fazendas Nacionaes. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Commercio, 1925. *
- MATOS, João Henrique de. Relatório do estado actual de decadencia em que se acha o Alto Amazonas. *
- MATTOS, José Wilkens de. Alguns esclarecimentos sobre as Missões da Provincia do Amazonas. Rev.Inst.Hist.Geog.Bras., Rio de Janeiro, 19:124-31, 1856.*
- MATTOSO, Ernesto. <u>Limites da Republica com a Guyana Ingleza</u>. Memoria justificativa dos direitos do Brasil.Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1898. **.
- Rua das Palmeiras, 55 Botafogo Rio de Janeiro RJ CEP 22270 Tels.: 286-0845 - 286-8799 - 286-8899 - 286-0399 - 286-7745

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR

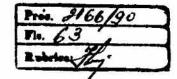


- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina. Rio de Janeiro, IHGB, 1963. 3v. *
- MIGLIAZZA, Ernesto. Grupos Linguísticos do Território Federal de Roraima. Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica. v.2. Antropologia: 153-73, 1967. *
- MONTEIRO BAENA, Antonio Ladislau. Ensaio Corografico sobre a Provincia do Pará. Belém, Typ.Sados & Menor, 1839. **
- . Memoria sobre o intento que tem os Inglezes de Demerari de usurpar as terras ao Oeste do rio Repunuri adjacentes à face austral da cordilheira do Rio Branco para amplificar as suas colonias. Rev.Inst.Hist.Geog.Bras., Rio de Janeiro,3:,322-32, 1841. *
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. A Política Indigenista durante o século XIX. São Paulo, Fac.Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1971. *
- NABUCO, Joaquim (org.) Questions de la Fontière entre la Guyane Britanique et le Brésil. London, Harrison & Sons, 1903-4.**
- NORONHA, José Monteiro. Roteiro da viagem da Cidade do Pará, até as ultimas colonias do sertão da Província 1768. ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS. Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas. Lisboa, 1856. v.6. *
- OLIVEIRA, Avelino Ignacio de. Bacia do Rio Branco. Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, Rio de Janeiro, 37, 1929. *
- OURIQUE, Jacques. O Valle do Rio Branco. Ed. Official, 1906. *
 PRELAZIA de Roraima. Roraima Indígena. 1983. Mimeo.
- RICE, A. Hamilton. The Rio Branco, Uraricuera and Parima. Sep.

 The Geographical Journal, Feb./March/April, 1928. Trad.Flora
 Schesinger. *
- RIVIÈRE, P. G. Some ethnographic problems of Southern Guiana. Folk, Kobenhaun, 8/9:301-12, 1966/67.



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR



- ROTH, Walter Edmund. An Introductory study of the arts, crafts, and customs of the Guiana indians. New York, Johnson Repr. Corp., 1970. *
- SAMPAIO, Fancisco Xavier Ribeiro. <u>Diario da viagem que em visita e correição das povoações da capitania de S.Joze do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mésma no anno de 1774 e 1775. Lisboa, Typ.Academia, 1825. *</u>
- America Portuguêsa. Rev.Inst.Hist.Geog.Bras., Rio de Janeiro, 13:200-73, 1850. *
- SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Documento oficial sobre o rio Branco ou Parimé. Rev.Inst.Hist.Geog.Bras., Rio de Janeiro, 6:84-90, 1844. *
- SCOMBURGK, Robert H. A description of British Guiana. London, Simpkin, Marshall and Co., 1840. **
- SPI. Inspetoria do Estado do Amazonas e Acre. Memorial dirigido ao Exmo. Sr. Ministro Procurador da Republica pelo Inspetor do no Estado do Amazonas e Território do Acre. Sobre a questão da Fazenda Nacional "São Marcos". Manaus, Graph.Palacio Real, 1926. *
- SOUSA. André Fernandes. Noticias geograficas da Capitania do Rio Negro no Grande Rio Amazonas. Rev.Inst.Hist.Geog.Bras., Rio de Janeiro, 10:411-504, 1848. *
- STRADELLI, Ermanno. Nell'Alto Orenoco. Roma. Sep. <u>Bollettino de</u>

 <u>la Societá Geografica Italiana</u>, Agosto-Settem. 1888. *
- THURN, Everard E. Im. Among the Indians of Guiana. London, Kegan Paul, Trench & Co., 1883. **
- WATERTON, C. Wanderings in South America. London, 1900. **

^{*} As obras assinaladas fazem parte do acervo do Bilioteca Marechal Rondon, Museu do Índio, Rio de Janeiro.

^{**} As obras assinaladas encontram-se microfilmadas no Setor de Documentação do Museu do Índio.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR

Pris. 8166/90
Fis. 64
Rubries: Fly.

6.2. Documentos *

- Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Bento de Figueiredo Tenreio Aranha, 30/03/1852.
- Falla do Presidente da Província do Amazonas, Manoel Gomes Corrêa de Miranda, 05/09/1852.
- SPI. Relatório do ajudante da Inspetoria do Amazonas e Acre, J. Augusto Zany, encaminhado ao inspetor Alipio Bandeira em 16/01/1914. (Microf. 379)
- SPI. Relatório do delegado da Delegacia de Indios da Circunscrição do Rio Cotingo, Victor da Silva Motta, ém 19/11/1914. (Microf. 31, Plan. 377)
- Informação prestada pelo contador da Delegacia Fiscal, Candido Borges, no processo de J.G.Araujo sobre gados de Sebastião Diniz, 25/05/1918. (Microf. 31 - Plan. 377)
- SPI. Relatório da I.R.1 referente ao ano de 1920 encaminhado ao diretor do SPI, Luiz Bueno Horta Barbosa, pelo inspetor Bento Pereira de Lemos, em 17/01/1921. (Microf. 32 Plan.394)
- SPI. Oficio nº126 de 08/02/1922 do inspetor Bento Pereira de Le mos ao administrador da Fazenda Nacional São Marcos, Cicero Correa de Melo. (Microf. 406)
- SPI. Ofício nº99 de 10/08/1922. (Microf. 406)
- SPI. Relatório relativo ao ano de 1924 do inspetor da I.R.1, Bento Pereira de Lemos, ao diretor do SPI, José Bezerra Cavalcanti, em 02/03/1925. (Microf. 340)
- SPI. Relatório do ajudante adido, Joaquim Gregoriano de Andrade, encaminhado ao inspetor Bento Pereira de Lemos em 19/03/1925. (Microf.31 Plan.377)
- SPI. Relatório referente ao ano de 1929 do inspetor da I.R.1, Bento Pereira de Lemos, encaminhado ao diretor do SPI, José Bezer ra Cavalcanti, em 08/02/1930. (Microf. 340)
- SPI. Relatório relativo aos anos 1930-31 do inspetor Bento Pereira de Lemos encaminhado ao diretor do Departamento de Povoa-

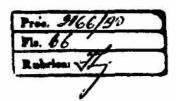
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR Pris. 2166/40
Pla. 65
Rubrian: Fly.

mento em 19/02/1932. (Microf. 340)

- SPI. Relatório referente ao ano de 1938 apresentado ao chefe do SPI, Cel. Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcellos, pelo encarregado da Fazenda Nacional e P.I. São Marcos, Manoel Granjei ro Filho. (Microf. 406)



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR



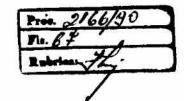
7. Anexos

7.1. Mapas

- (1) Farage, N. 1985.
- (2) Schomburgk, R. In: Nabuco, J. 1903.
- (3) Brett. In: Nabuco, J. 1903.
- (4) Migliazza, E. 1978. p.10.
- (5) Roth, W. 1970.
- (6) Comissão Brasileira de Demarcação Brasil-Venezuela. In: Nabuco, J. 1903
- (7) Farage, N. 1985.
- (8) Im Thurn. In: Nabuco, J. 1903.
- (9) Nabuco, J. 1903. 2ª Memória, v.1. p.204
- (10) Coudreau, H. 1887.
- (11) Nabuco, J. 1903. 3ª Memória, v.4.
- (12) Stradelli, E. In: Nabuco, J. 1903.
- (13) Brás de Aguiar, 1940.



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO MINISTÉRIO DO INTERIOR



7.2. Documentos

- (1) 'Relação dos grupos indígenas do Alto Rio Branco, 08/05/1930.
- (2) Carta de João Pereira Caldas, 12/06/1777.
- (3) Relatório da I.R.1 referente ao ano de 1920 encaminhado ao diretor do SPI, Luiz Bueno Horta Barbosa, pelo inspetor Bento Pereira de Lemos, em 17/01/1921.
- (4) Relatório de J.Augusto Zany, ajudante da Inspetoria do Amazonas e Acre, 16/01/1914
- (5) Ofício nº126 de 08/02/1922 do inspetor Bento Pereira de Lemos ao administrador da Fazenda Nacional São Marcos, Cicero Corrêa de Mello.
- (6) Oficio no99 de 10/08/1922.
- (7) Informação prestada pelo contador da Delegacia Fiscal, Candido Borges, no processo de J.G. Araujo sobre gados de Sebastião Diniz, 25/08/1918.
- (8) Relatório referente ao ano de 1920 encaminhado ao diretor do SPI, pelo inspetor Bento Pereira de Lemos, em 17/01/1921.
- (9) Relatório relativo ao ano de 1924 do inspetor da I.R.1 ao diretor do SPI em 02/03/1925.
- (10) Relatório do ajudante adido, Joaquim Gregoriano de Andrade, encaminhado ao inspetor Bento Pereira de Lemos em 19/03/1925.
- (11) Relatório referente ao ano de 1929 do inspetor da I.R.1 enca minhado ao diretor do SPI, em 08/02/1930.
- (12) Relatório relativo aos anos 1930-31 da I.R.1 encaminhado ao diretor do Departamento de Povoamento, em 19/02/1932.
- (13) Relatório referente ao ano de 1938 apresentado ao chefe do SPI, pelo encarregado da Fazenda Nacional e P.I. São Marcos.
- (14) Parte do Relatório sobre Grupos Indígenas Macuxi e Wapixana lo calizados no Território Federal de Roraima elaborado pela antroóloga Maria Elizabeth Brêa Monteiro em 02/02/1981 em atendimento à Instrução Técnica Executiva nº69/DGPI.